

- XLVIII -**AVALIAÇÃO DE CUSTOS E BENEFÍCIOS DA
PROFISSÃO DOCENTE: ESTUDO DE CASO****Janete Palazzo**Consultora independente de Educação
janjanpalazzo@yahoo.com.br**Gabriela Sousa Rego Pimentel**Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
meg.pimentel@uol.com.br**Simone Leal Souza Coité**Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
scoite@bol.com.br**INTRODUÇÃO**

A presente pesquisa, incluída em um estudo de caso, teve por objetivo estimar os custos e benefícios da profissão docente de um grupo de ingressantes e concluintes de dois cursos de Licenciatura e do curso de Direito de uma instituição privada no Distrito Federal, além de compará-los com seus rendimentos presentes e prospectivos. Os dados foram obtidos a partir das respostas a questionários aplicados aos ingressantes. As estimativas abrangem apenas os custos privados da educação, os quais “incluem as despesas feitas por estudantes ou suas famílias com taxas, livros, uniforme, transporte entre a casa e a escola, assim como o que quer que o aluno tenha sacrificado em termos de remuneração, a fim de poder estudar” (VERHINE; MAGALHÃES, 2006, p. 232).

O curso de Direito foi escolhido como referencial de comparação aos cursos de formação de professores por ser um ramo historicamente mais seletivo e, por isso, detentor de maior valorização social. Segundo Bastos (2000, p. 7), “a criação dos cursos jurídicos no Brasil está vinculada às exigências de consolidação do Estado Imperial e refletem as contradições e expectativas das elites brasileiras comprometidas com o processo de

independência.” Os dados obtidos pela aplicação dos questionários foram tabulados e analisados a partir de estatística descritiva.

DE FATO, OS PROFESSORES GANHAM MENOS?

Historicamente, quando comparado ao número de salários mínimos e ao poder de compra deste, verifica-se que o salário do professor decresceu (ARAÚJO; VIANNA, 2010; BARBOSA, 2011). Para Almeida (1998, 2006), o magistério primário sempre foi uma profissão desvalorizada em termos salariais e sociais no Brasil, apesar de ainda permanecerem no imaginário da sociedade os tempos em que a profissão estava realmente vinculada a prestígio e poder.

Barbosa (2011, 2012) cita algumas possíveis implicações dos baixos salários para a profissão docente e para o profissional como sujeito. No âmbito da profissão, algumas consequências seriam: baixa atratividade da carreira, dificuldade de retenção dos bons professores, abandono do magistério. As implicações para o professor como sujeito seriam: redução do poder aquisitivo, desânimo por exercer uma profissão socialmente desvalorizada, insatisfação com o trabalho. Conforme Tartuce, Nunes e Almeida (2010), além da diminuição da demanda pelos cursos de Licenciatura e da quantidade de concluintes, observa-se mudança no perfil do público que procura esses cursos.

QUANTO CUSTA SER PROFESSOR?

Para chegar aos custos totais, o valor individual de cada item foi multiplicado pela duração de cada curso (sete semestres o de Pedagogia; seis, o de Matemática e dez, o de Direito), atribuindo a cada semestre 20 semanas letivas e cinco meses. Desse modo, nas estimativas apresentadas, não se consideram reprovações ou desistências no decorrer do curso, o que, certamente, implicaria em mais altos custos.

A tabela 1 mostra que, proporcionalmente, os custos com as mensalidades em relação aos custos médios semestrais foram muito próximos para ambos os grupos (63,4% para os licenciandos e 63,8% para os alunos de Direito), embora as mensalidades do curso de Direito fossem superiores às das Licenciaturas em quase duas vezes. Os custos totais no semestre foram, para os licenciandos, quase a metade dos de Direito, com pequenas variações percentuais nos indiretos. Em conformidade com a sua capacidade financeira, as

mensalidades eram menores e os custos indiretos as acompanhavam. Em todos os itens, com exceção das cópias, os gastos dos estudantes de Direito eram superiores aos do outro grupo, em valores absolutos.

Tabela 1 - Estimativa de custos semestrais diretos e indiretos de formação dos ingressantes de Licenciatura e de Direito (em %), em 2011

	Licenciaturas	Direito
	% sobre o total	% sobre o total
Mensalidade escolar	63,4%	63,8%
Material escolar	1,9%	1,3%
Livros	3,0%	3,5%
Cópias	5,2%	2,6%
Lanches	7,8%	6,6%
Transporte	18,8%	22,3%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo (2011).

Ao estimar o valor que poderiam ganhar mensalmente, caso estivessem trabalhando, nesse horário, em vez de estudar, a maior concentração de respostas dos concluintes foi na faixa entre um e dois salários mínimos (45,9% de Direito e 58,2% de Licenciatura); 21,6% dos alunos de Direito e 10,4% dos de Licenciatura assinalaram a alternativa “acima de quatro salários mínimos”; 18,9% dos respondentes de Direito e 13,4% de Licenciatura afirmaram que poderiam ganhar entre dois e quatro salários mínimos; 10,8% de Direito e 14,9% de Licenciatura, entre meio e um salário mínimo. Por fim, 2,7% de Direito e 3,0% de Licenciatura estimaram que receberiam menos de meio salário mínimo por mês. No conjunto, as estimativas dos respondentes eram de renda menor para os futuros educadores que para os futuros bacharéis.

AFINAL, O BARATO SAI CARO?

Verifica-se que os resultados de renda, custos e financiamento, coerentes entre si, no contexto institucional pesquisado, evidenciam que é muito mais “barato” formar um

educador que um bacharel em Direito. Sendo o preparo mais profundo, isto suscitaria provavelmente as expectativas de recompensas, remetendo, assim, a questões estruturais, que parecem constituir hoje um círculo de ferro da educação e sociedade brasileiras.

No cotejo entre o magistério e o Direito, cabe ainda uma observação quanto às suas perspectivas de ascensão ocupacional e renda. O magistério é uma carreira plana (LORTIE, 2002): quem ingressa como professor tende a aposentar-se como professor. Modificações podem advir de cargos temporários de coordenação, direção e outros, em número mais reduzido, na gestão da rede escolar. Já o Direito, aqui considerado no seu nível básico, permite especializações e ingresso no Ministério Público e na Magistratura, entre outros ramos; permite o exercício de cargos e empregos diversos em organizações e instituições, além do exercício da profissão como autônomo e, ainda, o acesso ao magistério especializado.

Para pessoas de *status* socioeconômico mais alto, conforme as evidências, o magistério deixa de ser atrativo. A perspectiva é a de ter cada vez menos alunos, ou seja, a procura de professores possivelmente tenderá a diminuir, facilitando a tendência de salários baixos diante da abundância de profissionais (PALAZZO, GOMES; 2014).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e no Brasil a partir do século XIX. In: SAVIANI, Dermeval et al. *O legado educacional do século XIX*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 133-215.

ARAÚJO, Renato Santos; VIANNA, Deise Miranda. Baixos salários e a carência de professores de física no Brasil. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM ENSINO DE FÍSICA, 11, 2008, Curitiba. *Anais...* São Paulo: Sociedade Brasileira de Física, 2010. Disponível em: <<http://www.sbf1.sbfisica.org.br/eventos/epef/xi/sys/resumos/T0219-1.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2009.

BARBOSA, Andreza. *Os salários dos professores brasileiros: implicações para o trabalho docente*. Brasília: Líber Livro, 2011.

_____. Implicações dos baixos salários para o trabalho dos professores brasileiros. *Revista Educação e Políticas em Debate*, Uberlândia, v. 2, n. 2, p. 384-408, jul./dez. 2012.

BASTOS, Aurélio Wander. *O ensino jurídico no Brasil*. Rio de Janeiro, Lúmen Juris, 2000.

LORTIE, Dan C. *Schoolteacher*. 2. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.

PALAZZO, Janete; GOMES, Candido Alberto. Professores de menos, licenciados demais? *Educação Online*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 14-35, jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://educacaoonline.edu.puc-rio.br/ojs/index.php/Eduonline/article/view/63/pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

TARTUCE, Gisela Lobo B. P.; NUNES, Marina M. R.; ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de. Alunos do ensino médio e atratividade da carreira docente no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 40, n. 140, p. 445-477, maio/ago. 2010.

VERHINE, Robert E.; MAGALHÃES, Ana Lúcia F. Quanto custa a educação básica de qualidade? *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Recife, v. 22, n. 2, p. 229-252, jul./dez. 2006.